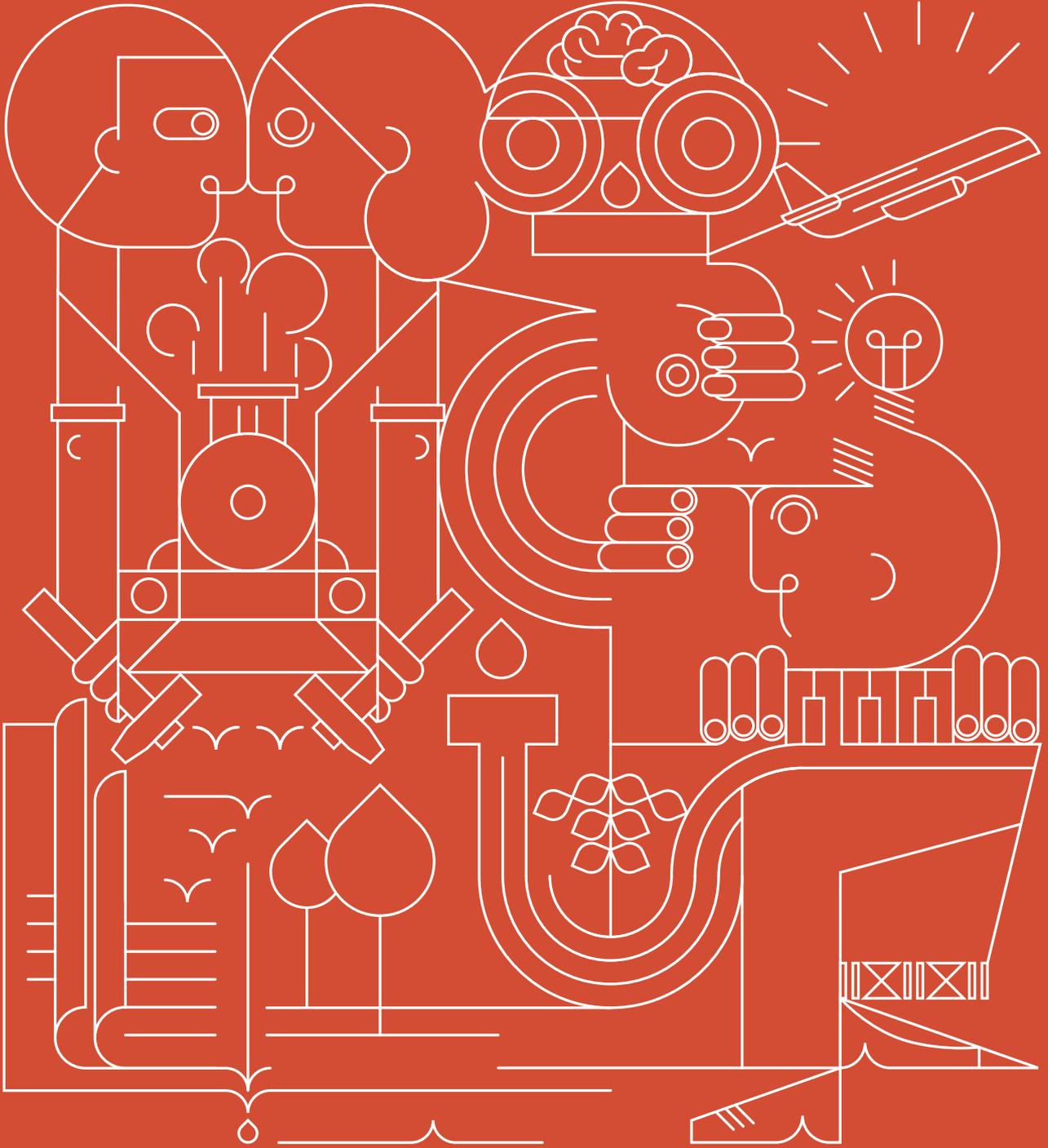


entre

DEZEMBRO 2023

EDIÇÃO N.º 7

REVISTA iscte



campus

EntreCampus _ N.º 7

Teresa Simões
Coordenação

Luísa Rego
Redação e Edição

Ana Moreira
Direção de Arte

Luísa Ferreira
Fotografia

Gabinete de Comunicação
Paginação

Grafisol – Edições e Papelarias, Lda
Impressão e acabamento

2184-6545
ISSN

464789/19
Depósito legal

Publicação semestral
Distribuição gratuita

Iscte
Instituto Universitário de Lisboa
Av. das Forças Armadas,
1649-026 Lisboa

© 2023
Todos os direitos reservados

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

- | | | |
|----------------------------------|-----------|--|
| Maria de Lurdes Rodrigues | 2 | O Futuro da Ciência e da Universidade |
| Ana Vaz Milheiro | 4 | Trabalho não qualificado na arquitetura colonial portuguesa |
| Luís Nunes | 12 | A Inteligência Artificial na Administração Pública |
| Catarina Roseta Palma | 20 | Sustentabilidade nas universidades da América Latina |
| Sandra Saleiro | 28 | Pessoas LGBTI+ e políticas públicas |
| César Lima | 36 | O cérebro musical e as emoções |
| Clara Carvalho
Isaiete Jabula | 44 | Conhecer para melhor integrar estudantes dos PALOP |
| David L. Rodrigues | 52 | Comportamentos sexuais: saúde e bem-estar |

O FUTURO DA CIÊNCIA E DA UNIVERSIDADE

Retomo, neste número, o tema de um pequeno livro que coordenei com o colega Jorge Rodrigues da Costa, onde estão compilados e editados os debates promovidos no “Encontro Nacional – Universidade: Chave para o Futuro”, um espaço de reflexão sobre o futuro da universidade, do ensino e da investigação, alinhado com o marco dos 50 anos da Reforma Veiga Simão (1972) e com as comemorações dos 50 anos da Revolução do 25 de Abril (1974). Pensar o futuro, neste caso da ciência e das universidades, ajuda a construí-lo. Obriga a encarar os problemas presentes e a identificar soluções e oportunidades. Obriga a escolher os caminhos possíveis e a enfrentar os dilemas com que nos deparamos. Da reflexão e dos debates resultam três grandes desafios.

Em primeiro lugar, o desafio de **mais ciência nas universidades**.

A concretização do processo de Bolonha em Portugal, que teve início em 2006, orientou-se por princípios de maior articulação entre o ensino/formação avançada e a investigação: veja-se a exigência do doutoramento como requisito para entrada na carreira docente, o grau académico de doutoramento como prova de aquisição de competências de investigação, a existência de estruturas de investigação como condição de acreditação de ciclos de formação avançada e a participação de investigadores nos órgãos de gestão das universidades. Apesar deste importante passo, e de o ensino superior e a ciência se terem mantido sob tutela

conjunta desde 2002, o reconhecimento do papel das universidades na promoção da investigação científica não chegou a traduzir-se em medidas de política efetivas. Após vários anos de crise financeira, onde se assistiu a uma diminuição drástica das dotações públicas para o ensino superior, os contratos de legislatura entre as Instituições de Ensino Superior (IES) e o Governo (assinados em 2015 e em 2019) trouxeram algum alívio, mas não foram promotores de qualquer estratégia de desenvolvimento ou de modernização das infraestruturas de ensino.

Atualmente, as universidades são responsáveis por mais de 40% da produção de investigação e desenvolvimento, acolhendo no seu perímetro cerca de 200 centros de investigação de elevada qualidade e mais de 25.000 estudantes inscritos em programas doutorais. É, portanto, inquestionável o papel que desempenham no desenvolvimento do sistema científico nacional, na produção de mais e de melhor conhecimento. Nesta medida, é imperativo definir novas políticas de articulação entre a ciência e o ensino superior para que as universidades, num quadro de maior previsibilidade e estabilidade financeira, possam chamar a si uma ação estratégica mais relevante e participar na renovação do compromisso com a política de ciência.

Em segundo lugar, o desafio da **ligação das universidades à sociedade**.

O principal contributo das IES e da investigação para o desenvolvimento económico do país



MARIA DE LURDES RODRIGUES

Reitora

reside, sobretudo, na produção de conhecimento em todas as áreas do saber e na formação de quadros técnicos altamente qualificados, enquanto agentes de difusão e transferência de conhecimento, de mudança e de inovação na economia e na sociedade. Nas últimas décadas, os setores da economia que mais se modernizaram devem-no, sobretudo, à articulação que souberam estabelecer com os centros de investigação e com as universidades. Apesar desta realidade, ainda subsistem dúvidas e tensões quanto à definição da política de inovação a prosseguir para induzir transformações na estrutura da economia portuguesa e tornar mais aplicável o conhecimento e a ciência que os cientistas produzem.

Exige-se uma articulação entre a política de ciência e ensino superior e a política de economia, que terá necessariamente de assentar em estratégias e práticas de valorização do conhecimento e da sua transferência para a economia e a sociedade. Neste tópico, tem relevância a gestão das estruturas de interface e dos ecossistemas de inovação, reclamando-se maior informalidade e mais agilidade e clareza na orientação dos processos. Porém, a interação da “universidade sem muros” com a sociedade e a economia – de que o recém-inaugurado Iscte-Conhecimento e Inovação é um bom exemplo – não pode condicionar o cumprimento das três dimensões estruturais da missão das IES. Ou seja, é a aposta na qualidade do ensino e da investigação que gerará impactos na transformação económica e social. Se essa qualidade falhar ou fraquejar, os processos de ligação

à sociedade poucos contributos darão, por melhor que seja o seu desenho.

Em terceiro lugar, o desafio de **uma universidade mais aberta**.

As tecnologias digitais são hoje instrumentos indispensáveis da inovação e diversificação pedagógica. Servem para chegar mais longe, para chegar a novas geografias e a novos públicos e alargar a missão de difusão do saber através do ensino. Servem, também, para afirmar e valorizar o português como língua de conhecimento.

Para isso, a universidade tem de estar mais aberta e comprometida com a resposta aos desafios contemporâneos das desigualdades, da diversidade e interculturalidade, da integração e inclusão, da transição digital e ambiental, o que não é compaginável com modelos de avaliação baseados quase exclusivamente em critérios quantitativos e unidimensionais do mérito.

Este novo contexto interpela-nos, ao invés, a promover uma reflexão sobre os modelos de avaliação – das pessoas, das atividades e das instituições – e a equacionar a renovação dos respetivos métodos, mobilizando novas variáveis e privilegiando abordagens multidimensionais.

Estes desafios são de natureza diversa e colocam-se de forma diferenciada aos vários intervenientes em função da sua responsabilidade e esfera de atuação. O ritmo e a natureza das respostas marcarão, decerto, a configuração da ciência e das universidades no futuro.

ANA VAZ MILHEIRO Investigadora Dinâmia'CET-Iscte

TRABALHO NÃO QUALIFICADO

Uma ERC Advanced Grant – subvenção europeia de 2,5 milhões de euros – vai permitir que, a partir de 2024, seja desenvolvido o projeto *ArchLabour – Arquitetura, Colonialismo e Trabalho*. Procurará identificar o papel e o legado do trabalho em massa na conceção, planeamento e construção de Obras Públicas, nos antigos territórios africanos sob domínio colonial português.

NA ARQUITETURA COLONIAL PORTUGUESA



De que forma esta bolsa do Conselho Europeu de Investigação impacta o seu trabalho e para que vai servir?

Este financiamento é fundamental. Até agora, os financiamentos que eu tinha, com a exceção de *fellowships* para trabalhar em instituições e centros de estudo avançados, eram sempre fundos nacionais. Este ERC Advanced Grant é o maior apoio financeiro que se pode dar a um investigador a título individual. Vai permitir fazer algo que nunca consegui fazer antes: dedicar-me a 100% à investigação. O trabalho como professora é muito envolvente e a investigação parecia que ficava sempre para trás.

No Iscte tenho vindo a criar uma equipa com gente muito diversa, maioritariamente formada por mulheres. Desde 2010 que ganhamos projetos que têm a sua geografia relacionada com a antiga África colonial portuguesa, sempre na nossa área disciplinar, a arquitetura. Nesses projetos, fomos introduzindo temas que se tornaram muito pertinentes, como o da habitação.

Esta ERC permite-nos explorar um novo tema que é o trabalho colonial não qualificado, de estaleiro: dos serventes, das mulheres que carregavam areia, dos pedreiros – homens, mulheres e crianças que faziam trabalho olhado como desqualificado.

Existindo muita investigação sobre o trabalho nas antigas colónias portuguesas – mais ligado ao setor primário, agricultura, indústria e minas – não tem havido uma grande atenção em relação a estes trabalhadores das obras públicas, que construíram caminhos de ferro, portos, estradas, também edifícios públicos. Essas infraestruturas permitiram à máquina colonial estar ativa e ter sucesso.

—

Esta ERC permite-nos explorar um novo tema que é o trabalho colonial não qualificado, de estaleiro: dos serventes, das mulheres que carregavam areia, dos pedreiros – homens, mulheres e crianças que faziam trabalho olhado como desqualificado

O projeto foca-se em que países?

Aborda os países africanos colonizados pelos portugueses: os dois insulares – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – e os três continentais – Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Interessa-nos perceber como é que a conceção arquitetónica sofreu algum impacto ou foi influenciada por estes trabalhadores, aparentemente sem recursos específicos, sem especialidade.

Temos uma ideia de como os engenheiros e arquitetos ligados às obras públicas operavam, como tomavam decisões, que tipo de cultura arquitetónica havia à época, qual a sua relação na hierarquia e como se relacionavam com a política, mas nunca nos tínhamos questionado sobre o impacto destes trabalhadores não qualificados. Será que os arquitetos tomavam em consideração o *know-how* destes trabalhadores? Ou desenhavam tábua rasa sem ter em consideração esses conhecimentos?

Em síntese, o projeto vai estudar o impacto da falta de qualificação dos trabalhadores colonizados nas obras das colónias?

Sim. Quando os arquitetos portugueses migravam para África não sabiam que técnicas é que as populações locais poderiam oferecer e com



o que poderiam contar no seu trabalho/projeto. Este desfasamento de contexto, por si só, já é interessante.

A nossa pergunta é sobre as centenas ou milhares de pessoas recrutadas para fazer uma linha férrea, por exemplo, num recrutamento de grande escala. Não sabemos que impacto estas massas de trabalhadores tiveram na conceção das obras e infraestruturas de transportes.

Mesmo que as pessoas trabalhassem em regime compulsivo – uma escravatura moderna – estas comunidades e grupos de trabalhadores também ofereciam resistência (ao colonizador). Eles conhecem o território e há narrativas de fugas, etc.

Esta investigação faz-se em tempo longo, não em tempo curto. Começámos por estudar os materiais dos gabinetes da administração colonial.

Depois fomos estudar as obras públicas coloniais, os relatórios dos inspetores e, nesses documentos, nunca era muito clara a questão do trabalho. Há, por vezes, referência a que os trabalhadores não tinham domínio de determinada técnica, pelo que havia que adaptar o projeto.

Qual vai ser a vossa abordagem em termos de método de trabalho?

Criamos uma espécie de chave de leitura. Propusemos à Comissão Europeia estudar com base em palavras-chave: Subalternidade; Políticas; Raça; Género; Conflito; Resiliência (das comunidades). A subalternidade é uma questão já muito interiorizada nos estudos pós-coloniais. Nos estudos clássicos, a subalternidade é apresentada como uma desvantagem, mas nos últimos tempos é mais encarada como uma forma de resistência (porque pode exigir do outro que haja uma adaptação, caso contrário nada se faz, e o colonizador precisa das massas de trabalhadores para cumprir o seu projeto colonial).

Outra palavra-chave é a questão das políticas (de trabalho) ligadas ao ambiente colonial, que são diversas: há o trabalho rural, nas minas, etc. e também há visões diversas do que é um regime de trabalho em Cabo Verde ou em Angola, por exemplo, uma vez que são colónias diferentes. Em determinado período, em Cabo Verde, não há homens e são as mulheres que trabalham nas obras; enquanto isso, em Angola ou Moçambique, elas também trabalham, mas estão escondidas nas unidades familiares. O homem é quem recebe salário naquela unidade familiar e, assim, as mulheres desaparecem dos registos.

Outra questão é a da raça, porque estamos a falar de um estaleiro e nele há uma hierarquia. Dificilmente se encontraria num estaleiro destes um branco desqualificado. Mesmo os brancos condenados não estavam no final da pirâmide. Por outro lado, o estaleiro pode também ser um local de emancipação.

Encontramos nos registos, por exemplo, uma autonomização das identidades dos cabo-verdianos, referidos como um contingente, a par dos europeus ou dos africanos. Os cabo-verdianos eram trabalhadores excepcionais, na visão colonial preconceituosa, e estavam enquadrados em destacamentos à parte por terem sensibilidade artística. Até determinado momento, os capatazes, chefes de obra, são todos europeus.

E relativamente às outras três palavras-chave da análise, pode detalhar?

A quarta palavra-chave tem a ver com a questão do género: qual é o papel das mulheres? Por exemplo, em Cabo Verde não há, a dada altura, homens – que iam para as roças de São Tomé ou para as outras colónias – pelo que são as mulheres quem surge como mão-de-obra.

Outra palavra-chave é conflito. Muita da consciência pela independência teve a ver com conflitos laborais, em que os colonizados estavam a ser maltratados. Muitos destes conflitos foram inicialmente despoletadas por greves nos portos (na Guiné-Bissau) ou porque se ia obrigar as pessoas a trabalhar de graça (em São Tomé). Precisamos de perceber estes conflitos para entender como impactaram a própria sociedade colonial. O trabalho em massa nas obras públicas implica muita gente, que é desviada do setor agrícola, mineiro, e isso fez com que a sociedade colonial não estivesse satisfeita.

O último parâmetro é a resiliência: a capacidade de resistência que muitas destas comunidades têm ao serem recrutadas, a aprender técnicas que não são as delas, etc.

Estas são as seis palavras de leitura do projeto.

Como é que vão desenvolver a investigação?

A primeira parte tem a ver com a questão dos arquivos, com a identificação dos principais casos de estudo. Já temos quinze arquivos identificados e temos muita informação recolhida de anteriores projetos de investigação, do Arquivo Histórico Ultramarino, Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar. Também há alguns arquivos semelhantes em África.

—

Acreditamos que o conhecimento de populações que não têm expertise na área da construção pode contribuir para o desenho espacializado

A partir de 1960, com as novas leis orgânicas do Ultramar, as colónias passaram a ter, em termos de administração pública, governos muito mais autónomos. Há muito material que só existe nesses países. A segunda parte é consolidar os casos de estudo e começar a traçar o perfil dos trabalhadores e destes estaleiros de obra.

Depois queremos trabalhar a história oral destas comunidades: recolher os testemunhos possíveis onde houve recrutamento de mão-de-obra. A construção da narrativa à volta deste processo poderá ajudar os nossos colegas arquitetos de prancheta, que trabalham com comunidades com muitas limitações de fundos. Acreditamos que o conhecimento de populações que não têm expertise na área da construção pode contribuir para o desenho espacializado.

Quais são os parâmetros temporais desta investigação?

Basicamente vamos do final da Monarquia Constitucional, a partir da Conferência de Berlim, até aos dois ou três anos depois da independência destes países (1978-79).

Para este trabalho, com várias interseções temáticas, reuniu uma equipa multidisciplinar?

Sim, uma equipa com grande domínio sobre o território africano. Somos maioritariamente arquitetos e historiadores de arquitetura. Além de mim, a coordenação da equipa inclui a Inês Lima Rodrigues, investigadora sénior do Dinâmia'CET, perita em referência geográfica e mapeamento (ver Equipa).

Qual é o vosso compromisso de apresentação de resultados finais deste projeto?

Vamos fazer um congresso que, aliás, será o terceiro da série *Colonial e Post Colonial Landscape*,

na Fundação Calouste Gulbenkian. Vamos voltar a reunir em Lisboa um grupo de pessoas da área de estudos pós-coloniais em arquitetura.

Haverá também a produção normal de artigos, e prevemos fazer workshops com algumas das comunidades dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), onde vamos tentar ver se houve técnicas apreendidas e posteriormente aplicadas.

Espero retomar uma coluna de divulgação de arquitetura na imprensa e ponderamos criar um *podcast* ou um programa de rádio. Vamos ainda ter um site interativo, onde estarão os documentos do projeto, e pretendemos que as pessoas possam contribuir com conteúdos e partilhar nele fotos ou depoimentos. ■

A EQUIPA

O projeto "COST Action CA18137 – European Middle Class Mass Housing", coordenado pela arquiteta e investigadora Ana Vaz Milheiro, reúne investigadoras do Dinâmia'CET – Inês Lima Rodrigues, Filipa Fiúza, Francesca Vita e Sónia Henrique, no âmbito dos Arquivos, ainda Beatriz Serrazina, do CES Coimbra, bem como Patrícia Nnoormahomed (Unitiva Maputo e Universidade Politécnica de Madrid) na área da Arquitetura e História da Arquitetura.



ENTREVISTA

LUÍS NUNES

Professor Iscte Tecnologias e Arquitetura
Investigador ISTAR-Iscte

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Através de algoritmos de aprendizagem automática, o projeto MAIPro pretende prever riscos de incumprimento de projetos da Administração Pública, aquando da sua candidatura ou em momentos-chave do processo.

NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Em que consiste este projeto e como está ligado ao Centro de Competências de IA para a AP (IA>AP)?

O projeto MAIPro – Monitorização e Alerta para o Incumprimento de Projetos, sediado no ISTAR-Iscte, vem na sequência de outro, o IA Incentivos (ambos com o IAPMEI, o primeiro também com a participação da AICEP). O projeto inicial chegou-nos através do nosso colega que dirige o IPPS-Iscte (Instituto de Políticas Públicas e Sociais), Professor Ricardo Paes Mamede, e juntou uma equipa multidisciplinar com docentes do Departamento de Ciências e Tecnologias da Informação, do Departamento de Métodos Quantitativos para Gestão e Economia e do Departamento de Economia Política.

Durante esse trabalho surgiu a ideia de criar um Centro de Competências em Inteligência Artificial para a Administração Pública (IA>AP) porque, em várias ocasiões em que falámos do projeto, fomos contactados pela AP, quer para implementar soluções semelhantes ou com pedidos ligados à área de *text mining*, por exemplo, para a triagem de mail. Nestes últimos dois anos e meio, tentámos dar o impulso inicial a este Centro de Competências de IA para AP para poder responder a esses pedidos.

Em que fase está esse Centro de Competências?

Este Centro não tem ainda uma localização física, temos uma página online (<https://iaap.iscte-iul.pt>) com informações e, para já, somos um conjunto de pessoas com um objetivo comum. Além das muitas colaborações de colegas de várias áreas é

importante salientar a contribuição dos membros da comissão de instalação inicial: Ana Almeida, Elsa Cardoso, Ricardo Ribeiro e Francisco Guimarães. Ainda não estão definidos os moldes em que este Centro irá operar após a fase de instalação (a partir de janeiro de 2024), mas é certo que irá manter o seu cariz de transferência de tecnologia e de apoio à aprendizagem nesta área. No fundamental pretende-se perceber quais são as questões relacionadas com dados, muitas vezes com grandes volumes de dados, que neste momento não estão a ser utilizados em várias entidades da AP, ou ajudar em temas relacionados com a transformação digital e automatização de processos. Por vezes, na AP há muitas questões relativamente ao que pode ser feito com os dados que detém, e o que propomos é: emprestem-nos os dados e veremos até que ponto se pode extrair benefícios desses dados, que vos sejam úteis na vossa missão. Deste modo, este Centro também contribui para a melhoria do ensino na área de IA expondo os alunos da área de tecnologias do Iscte a problemas reais durante os projetos e dissertações e isso é também uma mais-valia relevante.

O que desenvolvem com o IA>AP é mais o modo de pensar e planear o funcionamento?

É. Há quem chame a isto o *try before you buy*, experimentar antes de comprar. Nós não temos custos nenhuns a não ser algum tempo para nos darem a informação e para nos explicarem algumas coisas sobre o contexto em que os dados são usados. Há casos em que o domínio do conhecimento é muito,

Pretende-se perceber quais são as questões relacionadas com dados, muitas vezes com grandes volumes de dados, que neste momento não estão a ser utilizados em várias entidades da Administração Pública, ou ajudar em temas relacionados com a transformação digital e automatização de processos

muito importante. Há casos em que demorámos muito tempo até que a equipa estivesse confortável com os termos usados, com os processos em causa, mas essa “formação” é o único custo que as entidades públicas têm nestas experiências.

Foi o que aconteceu nos projetos IA Incentivos e MAIPro: com base nas informações das candidaturas a fundos europeus, desde 2014 a 2019, tentámos treinar um sistema para prever o risco de anulação de projetos, i.e., se iam ou terminar corretamente ou se seriam anulados durante o processo. A capacidade de previsão, para alguns tipos de projetos, demonstrou-se bastante razoável (cerca de 70%). Acreditamos que o resultado deste trabalho aponta para a viabilidade de uma ferramenta útil para auxiliar os técnicos no seu trabalho.

Fizemos também com a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ) um protótipo inicial para a triagem de mail. Há muitas reclamações que são manualmente dirigidas para outros serviços, incluindo para serviços externos, e com base no historial de redireccionamento que forneceram, tentámos aferir a eficácia que teria de automatizar parte do processo de redireccionamento do mail. A componente desenvolvida pareceu-nos viável, mas seria necessário desenvolver e testar ainda outras componentes para ter uma avaliação completa de uma solução. Este é um trabalho que esperamos poder prosseguir.

A criação de aplicações funcionais, integradas no sistema informático das entidades não é viável. É algo que depois fica a cargo das entidades. Por isso é sempre importante gerir as expectativas

das entidades da AP neste aspeto. Normalmente há a ideia de que vamos deixar uma aplicação funcional e não é o caso. Uma aplicação funcional requer manutenção e garantias de funcionamento que nós não temos condições de fornecer, mas a entidade fica com a ideia do que pode pedir a quem vier fazer a aplicação e pode também contactar-nos para ajudar a passar conhecimento a quem fizer essa aplicação.

Muitas vezes, apesar de chamarmos Inteligência Artificial para a Administração Pública, nós, de facto, começamos com questões que têm que ver com os sistemas de informação usados, a qualidade da informação, os processos, que é um caminho para poder mais tarde fazer algo com os dados disponíveis.

A equipa do MAIPro é multidisciplinar. Que competências têm os seus membros?

A equipa inicial (no projeto IA-Incentivos) tinha o Professor Ricardo Paes Mamede (do Departamento de Economia e Políticas Públicas) o Professor Raúl Laureano (do Departamento de Métodos Quantitativos para Gestão e Economia) e o Professor Ricardo Ribeiro (do Departamento de Ciências e Tecnologias de Informação) especialista em Processamento de Língua Natural.

Ainda desta equipa, e que transitaram comigo para o projeto MAIPro, faziam parte a Professora Elsa Cardoso, que está mais ligada à visualização, qualidade de dados e a sistemas de *business intelligence*; a Professora Ana Almeida que está (como eu próprio) na área de Aprendizagem Automática e suas aplicações. Tivemos também, nesses projetos

Apesar de chamarmos Inteligência Artificial para a Administração Pública, nós, de facto, começamos com questões que têm que ver com os sistemas de informação usados, a qualidade da informação, os processos



de fundos europeus, a colaboração da Dr.ª Susana Fernandes, que, tendo muita experiência na área do projeto, deu um contributo inestimável em ambos os projetos. Tivemos também bolsiros vindos das várias áreas, que formaram uma equipa fantástica.

Já viram alguns resultados do vosso trabalho serem implementados?

Estes projetos demoram algum tempo, pois há a fase de experimentar soluções, depois uma fase das entidades perceberem como é que vão utilizar essas ideias, encomendarem o produto e porem o produto a funcionar. Podemos mesmo não ter notícias do final de todo este processo. Julgo, porém, que decorreu ainda muito pouco tempo para que, nos casos em que trabalhámos até agora, se pudesse chegar à implementação de uma ferramenta que cause impacto direto.

Na apresentação do MAIPro refere-se que pretende prever atempadamente a possibilidade de incumprimento de metas temporais ou financeiras, através de um sistema capaz de gerar alertas. Isto tem sido possível?

Conseguimos prever quais são os projetos que têm maior potencial para aprovação, conseguimos

prever com alguma eficácia, quais os que têm maior risco de anulação. Quanto à previsão dos deslizos temporais e financeiros, os primeiros resultados foram desanimadores. Não temos ainda os dados necessários.

O Centro de Competências de Inteligência Artificial para a Administração Pública caminha no sentido de ser uma plataforma, uma porta aberta, para solicitações da AP nestes domínios?

Sim... Nós temos tentado publicitar o centro, nos meios académicos e não só: em conferências e workshops, que estão ligados de alguma maneira à AP. Temos tentado marcar presença e apresentar o que fazemos e de que maneira estamos prontos para receber esses pedidos. Isso tem gerado vários contactos, que têm produzido frutos. Temos já um grande número de dissertações baseadas em dados da AP anualmente.

Dependemos da nossa capacidade, principalmente do número de docentes disponíveis para orientar nesta área específica. Estamos também limitados pelo número de alunos. Tipicamente os dados são usados primeiro em dissertações de mestrado, ou em disciplinas de projeto, onde se faz uma exploração inicial. O número de alunos – os nossos

orientandos – e o número de disciplinas que têm projetos na área é limitado.

Há a ideia de que o acesso público a dados torna a AP e consequentemente as sociedades mais transparentes...

Sim, e talvez este seja o tempo certo para as entidades da Administração Pública perceberem como podem fazer uso dos dados que têm disponíveis também para demonstrar essa transparência. Algumas já o fazem: a CML tem feito um excelente trabalho com o seu portal Lisboa Aberta e começa a colher benefícios dessa aposta.

É natural que haja algumas “dores de crescimento” associadas a este processo e que a primeira coisa que se percebe sejam as deficiências na qualidade dos dados, mas não há que ter medo desse embate, isso identificará lacunas que podem ser corrigidas e que tornarão os dados verdadeiramente úteis.

As entidades públicas precisam de ter políticas estáveis e conhecidas de anonimização e publicação da informação que detêm para que qualquer cidadão que queira fazê-lo possa auditar o funcionamento das entidades e das políticas de uma área.

Devemos caminhar no sentido de ter, para qualquer conjunto de informação que uma entidade tutela, integrados, os procedimentos para a sua publicação ou uma justificação forte para que os dados não sejam tornados públicos. Quase toda a informação gerida pelas entidades públicas deveria ser pública e consultável. Isso provavelmente daria muitos temas interessantes de estudo.

As limitações previstas na lei sobre acesso a dados pessoais condicionam estes projetos?

A adaptação à atual legislação de privacidade dos dados tem dificultado bastante o trabalho nesta área. Deparamo-nos com situações em que há muito interesse à partida, mas quando chega a altura de dar a informação não há, por um lado, um conhecimento detalhado do que é a legislação e quais são os seus limites – muitas vezes peca-se por excesso, para “não correr o risco”. Por outro lado, há também muito pouca prática de fazer a transformação de informação de modo a retirar tudo aquilo que é crítico, e transformar tudo em dados que possam ser usados.

É um processo que começa agora a acontecer e que é essencial que todas as organizações aprendam a fazer para a informação que tutelam. ■



ENTREVISTA

CATARINA ROSETA PALMA

Professora Iscte Business School
Investigadora BRU-Iscte

SUSTENTABILIDADE NAS UNIVERSIDADES DA AMÉRICA LATINA

Para enfrentar os desafios climáticos e adaptar a gestão de qualidade e a sustentabilidade ao meio universitário, o Iscte liderou um consórcio internacional de 14 universidades no projeto QualEnv – Change the Climate.

Este é um projeto Erasmus+ realizado com várias universidades da América Latina. Qual foi o propósito?

O objetivo era alavancar as componentes da sustentabilidade nas universidades da América Latina. Criou-se uma equipa europeia composta por três universidades com experiência nesta área e procurámos universidades que, na América Latina, quisessem trabalhar estes aspetos e trocar ideias connosco para melhorar o seu desempenho. O projeto QualEnv foi criado aqui no Iscte e envolveu dois centros de investigação: BRU-Iscte e ISTAR-Iscte. Naturalmente, a coordenação internacional do projeto foi do Iscte.

Quais são os objetivos concretos do projeto?

O projeto teve três objetivos específicos: o primeiro era reforçar as políticas de educação para a sustentabilidade, reconhecendo que um dos principais papéis da universidade é transmitir o conhecimento e mobilizar as competências da comunidade académica, para melhorar os diferentes aspetos da sustentabilidade.

O segundo aspeto era reduzir o impacto ambiental das universidades. Inicialmente isto foi difícil de comprovar, porque vivemos (em 2020 e 2021) dois anos muito atípicos. A ideia era ir comparando dados de consumo de água, energia, produção de resíduos e pegada de carbono ao longo do projeto, mas, depois de 2019, os dados deixaram de ser comparáveis. Acabámos por avaliar os dados de 2022, ano de regresso ao *campus*, face aos de 2019. Apurou-se que, de facto, o esforço por parte das universidades durante o projeto se traduziu numa redução do seu impacto ambiental.

O terceiro foco era reforçar as competências de gestão da qualidade ambiental em cada um dos

campus. Temos no Iscte, desde 2008, um sistema de qualidade certificado e também, desde 2018, um sistema de gestão ambiental certificado. Isto é muito importante porque ajuda a garantir que há um processo que, ano após ano, vai sendo melhorado, porque há uma estrutura montada que vai acompanhando o processo. Apoiámos os nossos parceiros no sentido de criação dos seus sistemas de gestão ambiental. Esse processo correu muito bem e muitos dos nossos parceiros latino americanos estão, neste momento, a preparar a sua certificação ambiental.

Como é que se deu este encontro entre o Iscte e as outras universidades envolvidas?

A história é interessante. O Iscte não tinha muito desenvolvida, do ponto de vista institucional, esta vertente da sustentabilidade até que, em 2016, o reitor propôs que contratássemos apoio externo para o desenvolvimento dessa vertente. Tivemos um workshop organizado por um antigo aluno do Iscte, o Pedro Norton de Matos, que nos ajudou a começar a desenvolver alguns projetos, mas sentimos que precisávamos de algo mais estruturado e foi então que se fez a contratação da Universidade de Gotemburgo para nos apoiar. A consultoria dessa Universidade durou um ano e, no final, tínhamos um sistema de gestão ambiental que conseguimos imediatamente certificar com a norma ISO 14001.

O Iscte e essa universidade sueca começam então a trabalhar em conjunto?

Sim, em parceria com a Associação Columbus – que ajudou a montar o projeto com a Universidade de Gotemburgo em 2017. O Vasco Rato era, então, o nosso diretor de sustentabilidade e, depois da nossa experiência bem-sucedida, houve reuniões com alguns parceiros da América Latina, criámos

As universidades no México são enormes, com mais de 100 mil alunos cada uma, e têm de garantir o seu próprio abastecimento de água, tratamento de águas residuais, gestão de resíduos sólidos, e têm de fazê-lo dentro do *campus* universitário porque as cidades não têm capacidade para isso

uma rede, fizemos uma candidatura a fundos europeus e ganhámos.

Candidatámo-nos porque entendemos que seria exatamente este o tipo de projeto que podia ser interessante para transmitir as nossas experiências. Reunimos 14 universidades: três europeias e 11 universidades do Brasil, Colômbia, Costa Rica, México e Peru.

A terceira universidade europeia a participar, o Politécnico de Turim, trabalhava há algum tempo com os objetivos de desenvolvimento sustentável e entendeu-se que era uma parte importante a juntar ao projeto para lhe dar uma visão mais alargada. O grande foco do Erasmus+ é *capacity building*, dar competências, e foi isso que se fez ao longo do projeto.

Como é que se desenrolou o projeto, havendo realidades bem diferentes?

Aprendemos muito neste processo, mesmo com projetos que já existiam. Algumas universidades parceiras têm edifícios muito melhores do que os nossos, em termos de gestão ambiental. São edifícios mais jovens, concluídos nos últimos anos, com as melhores certificações de eficiência, como a verificação LEED, que nem nós, nem a universidade de Gotemburgo, temos. Por outro lado, os parceiros faziam já muitas ações de voluntariado com os alunos, ao nível de intervenções nos bairros pobres, de limpeza nas praias, na realização de eventos sobre sustentabilidade.

Outro exemplo: as universidades no México são enormes, com mais de 100 mil alunos cada uma, e têm de garantir o seu próprio abastecimento de água, tratamento de águas residuais, gestão de resíduos sólidos e têm de fazê-lo dentro do *campus* universitário porque as cidades não têm

capacidade para isso. Os resíduos são recolhidos, separados e geridos dentro dos *campi* universitários dos nossos parceiros no México, na Colômbia e também no Brasil. Se esse material fosse para contentores normais não seria possível garantir a recolha e tratamento adequados.

Portanto, a realidade sul-americana é completamente diferente da europeia. São países que não têm tanto apoio em termos de serviços públicos. Outro exemplo é o dos transportes. As universidades latino-americanas acabam por ir mais longe do que nós, na Europa. Há também uma grande preocupação com a eficiência energética, eficiência hídrica, ventilação natural, com espaços de saúde e de bem-estar para os estudantes, que as universidades da Europa não tinham, até porque os nossos *campi* são mais antigos.

Sendo um projeto transnacional de que forma o confinamento afetou a sua progressão?

Inicialmente este era um projeto de muita interação, tinha sido pensado para aprendermos uns com os outros, visitarmos os *campi*. O projeto começa em janeiro de 2020 e, de repente, em março, vamos todos para casa. Quando fizemos o relatório intermédio em 2021, devido à pandemia, havia muita coisa em que não tínhamos avançado. Felizmente o ano de 2022 foi muito produtivo. E, a meu ver, concluímos com grande êxito.

A conferência final do projeto foi no Brasil, no Rio Grande do Sul. O que fica desta experiência e que tenha inspirado o Iscte?

Houve coisas que nós copiamos, por exemplo, a Rota dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) que o gabinete de Sustentabilidade fez no Iscte – foi uma ideia que retirámos dos nossos



parceiros da Uninorte (Colômbia), que já tinha isso no *campus*. Achámos a ideia tão gira e é algo que se consegue sem grande custo, pois já temos as coisas a acontecerem aqui. Há um lugar para cada ODS nos nossos *campi* e podemos ir com os alunos por esses marcos – fiz isso numa cadeira de competências transversais – explicando cada ODS. Houve outro parceiro colombiano (Unisabana) que fez um trabalho muito bom em visualização de indicadores. As visitas aos parceiros foram todas muito inspiradoras, especialmente porque muitos deles têm *campi* em zonas verdes (alguns fazem mesmo a gestão de áreas naturais protegidas).

Em que medida é que esta linha de investigação pode ser continuada aqui, com eventuais novos parceiros?

Acredito que é uma linha de investigação que tem interesse em ser continuada. Aliás, no SocioDigital Lab existe uma linha temática com vários departamentos, precisamente para a parte dos territórios regenerativos e neutralidade. É uma das linhas que o Iscte pretende desenvolver nos próximos anos.

Os desafios que são colocados a projetos transnacionais prendem-se também com o entrosamento que se consegue entre as equipas. Como foi neste caso?

Funcionou muito melhor do que pensávamos inicialmente e curiosamente até por causa da pandemia. Tínhamos previsto reuniões de coordenação trimestrais, online, mas como tivemos de passar todas as atividades para o online decidimos que íamos fazer reuniões mensais, alargadas – não apenas entre os coordenadores. Havia dois ou três membros de cada parceiro nessa reunião mensal, fazíamos muitos workshops internos do projeto, uns apresentavam o que estavam a fazer, outros davam sugestões e, portanto, entre o encontro presencial inicial aqui no Iscte e depois o encontro da Costa Rica em 2022, sentimos que tínhamos forjado uma relação de amizade que transcendia o nosso trabalho. Desenvolveram-se relações de trabalho e proximidade muito positivas. Do projeto resultaram também coisas muito giras. No Peru, na universidade de Lima, alguns estudantes desenvolveram

Aprendemos que institucionalizar a sustentabilidade na gestão de *campus* é muito importante. Se não tivermos uma estrutura na própria universidade é muito difícil manter as atividades e o nível de interesse

uma aplicação sobre os ODS que nos guia pelo *campus* e faz ganhar pontos. Na UniSul, no Brasil desenvolveram-se projetos de “inovação frugal”: pequenas inovações que fazem diferença na vida das comunidades.

Quais as recomendações e evidências produzidas pelo QualEnv – *Change the Climate: Assuring the Quality of Environmental Strategies in Latin-American Higher Education*?

Preparámos um curso online sobre a mudança comportamental para a sustentabilidade, que vai ser oferecido gratuitamente no portal da Universidade de Costa Rica, em espanhol (<https://global.ucr.ac.cr/login/index.php>).

Aprendemos que institucionalizar a sustentabilidade na gestão de *campus* é muito importante. Se não tivermos uma estrutura na própria universidade é muito difícil manter as atividades e o nível de interesse. No âmbito do projeto, em todas as universidades foram criados comités de sustentabilidade e neste momento todos os parceiros têm uma política de sustentabilidade, com *reports*

responsáveis e plano de atividades. Isso é um impacto do projeto que fica para o futuro.

Todas as universidades criaram também planos estratégicos de educação para a sustentabilidade, aprovados pelas suas instâncias máximas. Fizemos um esforço para integrar a educação para a sustentabilidade na política de sustentabilidade da universidade – não são duas coisas separadas.

Creio que quanto mais integrarmos a sustentabilidade numa universidade, na parte do ensino, do *campus*, do *outreach* (extensão universitária), mais reforçado será o resultado final.

Outro aspeto a salientar é que esta foi (para mim) a primeira vez que, num projeto, houve funcionários e investigadores a trabalhar diretamente juntos. Tivemos três funcionárias do Iscte no projeto, o que permitiu a integração dos serviços do Iscte, além dos centros de investigação. Isso traz muitas sinergias e é um grande ensinamento de parte a parte; aliás, isto também aconteceu nas universidades parceiras e foi um dos aspetos destacados como mais positivos. Juntos conseguimos fazer mais. ■



ENTREVISTA

SANDRA SALEIRO

Professora Iscte Sociologia e Políticas Públicas
Investigadora CIES-Iscte

PESSOAS LGBTI+ E POLÍTICAS PÚBLICAS

Entre os instrumentos necessários à elaboração de boas políticas públicas está o Estudo Nacional sobre as Necessidades das Pessoas LGBTI+ e os motivos de discriminação em função da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais. Um trabalho que o Iscte liderou, em resposta a concurso da CIG.

Como é que o Iscte se envolve num estudo de âmbito nacional sobre as necessidades e discriminações na comunidade LGBTI+?

O CIES-Iscte concorreu e ganhou um concurso lançado pela Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG) que visava a realização específica deste estudo, previsto no Plano Nacional de Ação Contra a Discriminação em função da Orientação sexual, Identidade e Expressão de género e Características sexuais (OIEC). Este plano faz parte da Estratégia Nacional para a Igualdade de Género e Não Discriminação e entrou em vigor em 2018. Um dos objetivos era recolher informação para sustentar um novo plano de ação, no âmbito das políticas públicas. É por isso que, no Estudo (que está disponível no site da CIG) há um capítulo com recomendações de medidas para a promoção da igualdade e não discriminação em função da OIEC.

Em termos de metodologias, como é que o estudo foi desenvolvido?

Para o levantamento da discriminação e das necessidades das pessoas LGBTI+ (Lésbica, Gay, Bissexual, Transgénero, Intersexo e com outras orientações sexuais e identidades de género não normativas) optámos por uma metodologia qualitativa, através da auscultação de entidades representativas e/ou que trabalham com esta população. Quisemos ter, de forma abrangente, entidades de âmbito nacional, regional ou local. E também, de uma perspetiva interseccional, entidades que, não sendo direcionadas especificamente para o trabalho com esta população, a abarcam na sua intervenção: por exemplo, que trabalham com população migrante, ou com população sem abrigo, ou com trabalhadoras do sexo. Promovemos quatro grupos focais com essas entidades e fizemos entrevistas a representantes das associações LGBTI+ que fazem parte da rede nacional de apoio às

vítimas de violência doméstica: ILGA Portugal, Associação Ponto i e Casa Qui.

E porquê essas três entidades?

São as que têm uma ação mais institucionalizada de apoio às pessoas LGBTI+, incorporada nas políticas públicas. Partimos também dos dados destas associações para, numa componente mais quantitativa, sistematizar e analisar os dados dos atendimentos que estas três associações fazem. Acautelando naturalmente todas as questões éticas e de sigilo, essas associações facultaram-nos o acesso anonimizado aos dados de recurso para os trabalharmos: quem recorre a essas associações e quais as necessidades que têm ou as discriminações que reportam. Isto correspondeu a um levantamento mais quantitativo dentro do mapeamento da discriminação.

Um outro objetivo do estudo passava por discutir, à luz da legislação nacional e comunitária, a questão dos crimes de ódio de natureza, homofóbica, transfóbica e interfóbica.

Uma das características da nossa realidade é a elevada sub denúncia. Sabemos que a discriminação existe e está documentada, nomeadamente nestes dados de atendimento das associações, mas depois não chega à denúncia formal e interessava-nos saber porquê.

Reconhecer publicamente este tipo de discriminação e crimes, pelas autoridades, é complexo e criou obstáculos à investigação?

É bastante complexo porque há muitas denúncias que são feitas às associações, pese embora sejam, ainda assim, uma pequena parte da discriminação que acontece na realidade, mas são muito menos as que avançam para denúncia formal. E mesmo na denúncia formal não se consegue identificar qual é a motivação, porque a nossa legislação também não tem uma figura independente para

o crime de ódio motivado pelas questões da OIEC. Contámos com a colaboração de entidades como a própria CIG e a Procuradoria-Geral da República (PGR) e das forças de segurança para a disponibilização de dados e processos das denúncias.

Fomos analisar as denúncias por palavras-chave para ver quais as que podiam indiciar crimes de ódio motivados pela OIEC. O resultado permitiu perceber que são muito poucas e é muito difícil perceber se é esta a motivação.

A equipa de investigação mobilizou também estudantes?

O estudo contou com uma equipa multidisciplinar, da área da sociologia, da psicologia e do serviço social e integrou investigadores e investigadoras sénior e júnior, nomeadamente estudantes de mestrado e de doutoramento. Decorreu entre agosto de 2021 a março de 2022.

Em termos de recomendações produzidas neste trabalho, o que há a destacar?

Tivemos a preocupação de detalhar medidas concretas que fossem possíveis de operacionalizar, e isso foi reconhecido aquando do lançamento dos resultados do Estudo pela tutela.

Mapeamos as necessidades setoriais e transversais. Através da análise de conteúdo, fomos perceber no discurso das pessoas participantes quais eram os contextos mais referidos, quer em termos de discriminação ou necessitando de medidas. E em quase todos os contextos foi denunciada discriminação e necessidade de intervenção das políticas públicas. Em primeiro lugar continua a evidenciar-se o setor da saúde, como aquele em que há grande discriminação deste tipo de população; não exclusivamente, mas muito por conta das pessoas trans, pois uma parte significativa tem necessidade de recorrer aos serviços de saúde no decurso do seu

A própria comunidade LGBTI+ é muito diversa e uma das coisas que nos interessava perceber era quais os grupos mais discriminados dentro da própria sigla



As forças de segurança e os serviços de proteção social foram também referidos como contextos de discriminação

processo de transição. Estas matérias continuam a não estar inscritas nos currícula dos cursos de saúde, pelo que resta obter conhecimento por iniciativa própria. Muitas vezes a discriminação deriva do desconhecimento; outras do preconceito dos e das profissionais de saúde.

Em termos setoriais, quais são os outros contextos relevantes das discriminações?

Para além da saúde, a educação, a habitação, o emprego (no acesso e no próprio local de trabalho). De referir que as forças de segurança e também os serviços de proteção social foram também referidos como contextos de discriminação. O caso das forças de segurança é particularmente grave porque são as entidades a quem as pessoas que se sentem discriminadas vão ter de recorrer. Ora, se também aí há discriminação, as pessoas ou não recorrem a elas mesmo quando precisariam ou vão ser duplamente discriminadas, ao invés de serem protegidas.

As estruturas de proteção social, como os centros de acolhimento temporário e as estruturas residenciais, surgiram também bastante evidenciadas porque o estudo foi realizado logo no rescaldo da pandemia. E uma das conclusões do estudo é a de

que a crise pandémica acentuou a discriminação sobre as pessoas LGBTI+.

De que forma?

Colocou as famílias a viver sob o mesmo teto, 24 sobre 24 horas. Sobretudo na população mais jovem, essa situação proporcionou a perceção ou a confirmação que se estava perante um familiar LGBTI+, quer isso tenha sido revelado ou tenha sido percebido. E tristemente houve muitas famílias a colocar os seus e as suas jovens fora de casa. Nesta situação, os centros de acolhimento e estruturas residenciais, as “casas abrigo para vítimas de violência” seriam um apoio muito importante.

Mas este tempo de crise também veio ampliar o que já se sabia: não apenas que estas estruturas são insuficientes para a procura, como que não estão preparadas, por exemplo, para acolher um ou uma jovem trans, porque recebem as pessoas de acordo como sexo atribuído à nascença.

Já agora, é também importante referir que o estudo revelou também que um dos principais contextos de discriminação da população LGBTI+ é a própria família. E a família é absolutamente essencial para a estruturação e a trajetória de vida destas como de todas as pessoas. Os dados dos

atendimentos indicaram que, ao contrário daquilo que acontece para a população em geral, a principal violência reportada na população LGBTI+ é a violência parental. Esta particularidade deve ser tida em conta nas políticas públicas.

Quais as vossas recomendações? Campanhas de sensibilização? Formação?

Temos de passar das ações de sensibilização e formação pontuais para introduzir estas matérias nos currícula dos cursos de formação de base, não apenas na saúde, mas também na formação em serviço social, de docentes, etc. Assim não dependerá do interesse pessoal em saber mais, será uma formação profissional e universal.

A forma de estruturalmente combatermos esta discriminação é incluir as questões da OIEC nos currícula de todos os níveis de ensino e nas próprias práticas pedagógicas. Não se trata apenas de haver matérias que abordam estas questões, mas de incluir a diversidade e, neste caso, a diversidade de género, de identidades e de características sexuais, nas matérias lecionadas. Por exemplo, continua a ser ensinado, nas ciências da natureza e na biologia, que existem apenas dois tipos de corpos – os machos e as fêmeas – deixando de fora os

corpos intersexo. E já sabemos que existem tantas pessoas intersexo como pessoas ruivas.

Dou outro exemplo: num manual escolar podemos ilustrar com uma família de pessoas do mesmo sexo quando surge a menção a uma família.

Há necessidade de censos que permita conhecer com maior detalhe a realidade desta população?

É uma das recomendações de carácter transversal, e tem a ver com termos informação que nos permita sustentar a intervenção.

Uma das recomendações é trabalhar a possibilidade de introdução das variáveis da orientação sexual, da identidade de género e das características sexuais, nos novos censos, como está a acontecer, por exemplo, no Reino Unido.

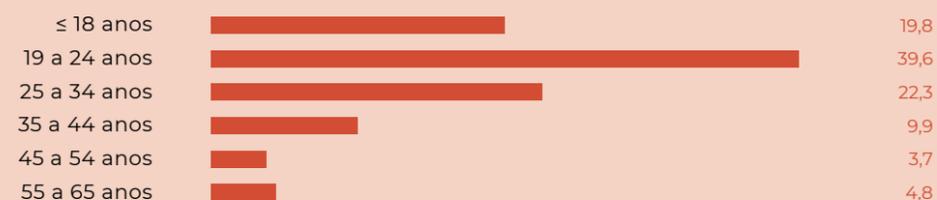
Propusemos outras medidas transversais que têm a ver com os próprios serviços públicos adaptarem a sua comunicação, os seus formulários, à realidade destas pessoas.

Dou mais um exemplo: os formulários onde diz “nome da mãe” e “nome do pai” estão desfasados da realidade. Hoje temos famílias com duas mães ou dois pais e, mesmo tendo reconhecimento legal, muitas vezes isso não é transposto para as práticas administrativas.

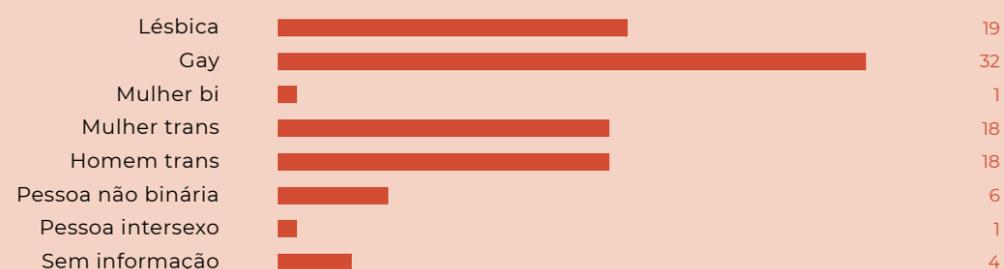
Pessoas LGBTI+ mais discriminadas, segundo a OIEC (%)*



Idade das pessoas LGBTI+ que recorreram a estruturas de atendimento especializado em 2020 (n=273) (%)**



N.º de pessoas LGBTI+ vítimas de violência familiar que recorrem às estruturas de atendimento especializado em 2020 (n=99)**



Principais necessidades da população LGBTI+ referidas pelas entidades auscultadas (%)*



* Fonte: Grupos focais e entrevistas com associações representativas e/ou que trabalham com população LGBTI+

** Fonte: Dados fornecidos pelas estruturas de atendimento a pessoas LGBTI+ que integram a RNAVVD

As questões da identidade de género também têm de ser acauteladas, nomeadamente a transposição administrativa do direito adquirido legalmente de a pessoa ser tratada pelo nome com que se identifica, independentemente do nome legal. Outra recomendação vai no sentido do reforço da territorialização das políticas públicas para a OIEC, por exemplo através de planos municipais de combate à discriminação em função da OIEC.

Será também necessária maior intervenção a nível local?

Havendo um *gap* entre a lei escrita e a lei vivida, uma maneira de o estreitar, é atuar pelo lado das políticas públicas, incluindo as municipais e intermunicipais. Ou seja, não pensar só no que é que o Estado central pode fazer pela mudança necessária, mas também o que é que os municípios, que estão mais próximos das populações, podem fazer. Houve o exemplo do município de Lisboa que, no anterior mandato, foi pioneiro com um Plano especificamente para as questões LGBTI+. Há outras boas práticas, como o município de Matosinhos que apoia a Associação Plano i, que tem intervenção na zona norte. Outra medida muito importante é haver em cada distrito uma estrutura de atendimento especializada para estas pessoas, seja através de uma ONG, seja das Câmaras Municipais. Isto porque, apesar de já termos uma boa cobertura nacional de estruturas de apoio às vítimas de violência doméstica ou violência de género, por vezes não estão preparadas para atender às especificidades da população LGBTI+.

O Estudo também conclui que há uma grande diferença na situação e no apoio das pessoas que estão nas grandes cidades e no resto do país. Urge combater esta desigualdade.

E em termos dos grupos mais discriminados?

Na base da discriminação em função da orientação sexual, da identidade de género e das características sexuais está a ideia de que a humanidade se

divide em dois sexos/tipos de corpos, que dão origem respetivamente a duas identidades de género e a atrações sexuais pelo “sexo oposto”. Esta é uma compreensão simplista da humanidade, que deixa muitas pessoas de fora e que deve ser combatida. A humanidade é muito mais diversa do que isto. A própria comunidade LGBTI+ é muito diversa e uma das coisas que nos interessava perceber era quais os grupos mais discriminados dentro da própria sigla. Concluiu-se que são as pessoas trans, e sobretudo as mulheres trans, as maiores vítimas de discriminação porque juntam ao cisgenderismo (a ideia de que a humanidade é toda cisgénero, ou seja, em que há consonância entre o sexo atribuído à nascença e a identidade de género) e o sexismo (a discriminação do feminino). E se, ao facto de ser uma mulher trans, acrescentarmos, por exemplo, ser imigrante, ser trabalhadora sexual, ser sem abrigo, ter HIV ou não ter uma situação legal, então, a discriminação vai ser exponencial e adquirir contornos específicos, com consequências ao nível das necessidades.

Torna-se necessário prosseguir este trabalho?

A expectativa para estas recomendações seria a sua inclusão num novo Plano Nacional de combate à discriminação em função da OIEC. O novo plano acabou de sair e o que se percebe é que algumas medidas foram contempladas, outras não. A decisão de implementar as recomendações é sempre uma decisão política. A nós, investigadoras e investigadores, compete-nos recolher a informação, tratá-la, sistematizá-la, tirar as conclusões e depois fazer as recomendações que tenham em conta aquilo que foram as principais conclusões. Mas uma das grandes conclusões do estudo é que há, na sociedade portuguesa, um grande hiato entre os direitos reconhecidos na lei e a realidade das pessoas. Portugal fica sempre muito bem posicionado nos *rankings* dos direitos, mas depois, quando vamos fazer inquéritos à população LGBTI+, Portugal já não fica assim tão bem posicionado. ■

ENTREVISTA

CÉSAR LIMA Professor Iscte Ciências Sociais e Humanas
Investigador CIS-Iscte

O CÉREBRO MUSICAL

E AS EMOÇÕES

Aprender música altera a estrutura e a função do cérebro? O treino musical melhora o processamento socio-emocional e capacidades como a fala e a inteligência? Tema complexo este, que foi investigado por uma equipa de psicólogos e neurocientistas no projeto MUSE.

Quais as questões que o projeto MUSE pretende responder?

MUSE significa Música para o Desenvolvimento de Competências Socio-Emocionais e é um projeto (*) que se insere na área das neurociências cognitivas. Queremos contribuir para compreender dois conceitos fundamentais. O de “plasticidade cerebral”, ou seja, como é que o cérebro muda e se adapta em função da experiência; e o de “transferência de aprendizagem”, ou seja, como é que a aprendizagem num determinado domínio pode ter consequências que vão para lá desse domínio. Para estudarmos estes conceitos utilizamos como modelo a experiência musical.

A pergunta que fazemos é a de saber se a plasticidade cerebral causada pela aprendizagem de um instrumento musical pode ter consequências, não só nas competências musicais que obviamente melhoram, mas também em competências extramusicais. Esta questão é importante, até pelas implicações educativas que pode ter.

Há estudos que perguntam se aprender música aumenta o QI ou o raciocínio visuoespacial, por exemplo, mas é pouco estudado se aprender música melhora as nossas competências socio-emocionais, como a capacidade de reconhecer emoções nos outros.

Estudámos crianças e adultos, e combinámos técnicas da psicologia experimental com técnicas das neurociências, como a eletroencefalografia e a ressonância magnética.

Como é que foi formada esta equipa de investigação?

A equipa que coordeno envolve vários colaboradores internacionais e nacionais. Tivemos como parceiros a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto – onde me formei e estava na altura em que concorri a este projeto, que trouxe para o Iscte – e a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Ter uma parceria na Universidade do Porto foi útil pois o grupo de investigação local tinha experiência em estudos longitudinais sobre experiência musical e o estudo que fizemos, com crianças, foi implementado na zona do Porto. Na Psicologia da Universidade de Lisboa há um grupo liderado pela Professora Ana Pinheiro, que tem ampla experiência no âmbito da encefalografia, que é também uma componente deste projeto.

No Iscte houve outras pessoas envolvidas, incluindo estudantes de doutoramento e uma investigadora pós-doutorada, a Doutora Marta Martins. Temos também um investigador FCT sénior, que veio de Toronto, Glenn Schellenberg, e outros colaboradores internacionais, nomeadamente do Reino Unido, com quem eu já trabalhava antes deste projeto: Sophie Scott, neurocientista da Universidade de Londres, e Samuel Evans, do King's College de Londres. Todos colaboraram em diferentes dimensões do projeto.

Quando falamos em projetos na área das neurociências, o facto de se reunirem equipas diversificadas é

É preciso perceber que mecanismos fundamentam estas associações – entre música e outros domínios – e o que é que isso nos diz sobre a forma como o nosso cérebro funciona

comum. Muitas vezes precisamos de conjugar pessoas com diferentes perfis, com diferentes *expertises*, para podermos dar conta das exigências das várias facetas do projeto.

E do ponto de vista das metodologias utilizadas?

O projeto inclui vários estudos. Com adultos utilizamos uma abordagem correlacional, em que comparamos pessoas com e sem experiência musical para vermos até que ponto há diferenças, por exemplo, no funcionamento cerebral, seja com ressonância magnética ou com eletroencefalografia. Mas estes estudos têm a limitação de não permitirem inferir causalidade.

Se os músicos têm uma atividade cerebral, em determinada área, distinta de pessoas que nunca aprenderam música, neste tipo de estudos não conseguimos perceber se isso é uma consequência de terem aprendido música – um reflexo de plasticidade – ou se a diferença já lá estava antes e foi na verdade o que fez com que essas pessoas tivessem aprendido música.

Este problema da causalidade é central e muito debatido na investigação.

Por isso, conjugamos estudos correlacionais com estudos longitudinais, nomeadamente em crianças. Exemplificando: numa escola, criamos grupos de crianças; um determinado grupo tem um programa de treino musical, outro grupo tem um programa de desporto, e um terceiro grupo não faz nada. Garantimos que antes desses

programas de treino os grupos são semelhantes, do ponto de vista demográfico, idade e em termos cognitivos. Depois, administramos esses programas de treino e verificamos até que ponto os grupos diferem. Se eles diferem depois do treino e não antes do treino isso dá-nos evidência mais forte de causalidade.

Quais foram as conclusões deste projeto de investigação?

Alguns dados estão ainda em análise ou em via de ser publicados. Em termos de contributo central, confirmamos que a plasticidade cerebral que é induzida pela experiência musical pode ter consequências para além da música. Mas essas consequências não vão tão longe quanto muitos autores argumentam. Criou-se, nos últimos 20 anos, a ideia de que a música nos torna mais inteligentes, inspirada pela descoberta do efeito Mozart nos anos 90. Uma série de estudos documentaram que, de facto, o treino em música está correlacionado com melhor desempenho em testes de QI. E isto sugeriria que a prática musical pode ter consequências muito além do que é saber tocar piano, por exemplo.

Os nossos resultados vêm moderar este argumento. Descobrimos que em domínios relativamente próximos da música – tarefas auditivas ou de controlo motor – efetivamente o treino musical parece induzir pequenas melhorias. Estas tarefas mais próximas da música são o que chamamos



A plasticidade cerebral que é induzida pela experiência musical pode ter consequências para além da música. Mas essas consequências não vão tão longe quanto muitos autores argumentam

O problema da causalidade é central e muito debatido na investigação. Por isso conjugamos estudos correlacionais com estudos longitudinais

near transfer ou transferência próxima. Mas se a pergunta for: será que há efeitos de *far transfer* ou transferência distante? Nesse caso, não há ou são negligenciáveis. Verificamos isso empiricamente, e numa meta-análise que reviu todos os estudos de efeitos da música na linguagem, observamos que os efeitos são inexistentes ou muito pequenos.

Na área central do projeto, o processamento socio-emocional (capacidade de reconhecer emoções em expressões faciais – por exemplo, saber pelo tom de voz se alguém está alegre ou triste) – concluímos que não houve vantagens causadas pelo treino musical.

É uma conclusão contracorrente...

Sim. Verificámos que os efeitos de transferência do treino musical são mais pequenos do que pensávamos e parecem limitar-se a tarefas muito próximas do que é treinado.

Outro contributo: embora os investigadores estejam muito focados na plasticidade e transferência – no que potencialmente acontece na sequência de aprendermos a tocar um instrumento musical – devemos começar a pensar no que acontece antes.

O que é que faz com que alguém vá aprender música? Haverá diferenças à partida?

Há associações entre musicalidade 'natural' e capacidades socio-musicais que não precisam de treino para emergirem. Se avaliarmos a musicalidade natural de pessoas que nunca aprenderam música, verificamos que pode estar associada a aspetos extramusicais. Por exemplo, pessoas naturalmente mais musicais também são capazes de identificar melhor emoções através do tom de voz.

Estas associações entre a música e outros domínios cognitivos fazem-nos questionar como é que a música está organizada no cérebro em relação a outras funções cognitivas. Podemos pensar que alguém que tem mais aptidão musical vai mais provavelmente querer aprender a tocar um instrumento. Por isso, quando encontramos correlações entre treino musical e QI, ou entre treino musical e capacidades socio-emocionais, por exemplo, talvez não seja devido ao treino, mas sim devido à maior aptidão musical, provavelmente já presente antes do treino. As diversas vantagens que vemos associadas ao treino musical podem assim refletir não só plasticidade

Concluimos que
pessoas com treino,
mas que não são
profissionais têm
capacidades cognitivas
globais, um pouco
superiores às dos
não músicos

cerebral, mas associações inerentes entre musicalidade e outras competências. Daqui nascem novas questões: que áreas cerebrais são comuns à música e à linguagem? Ou à música e ao processamento emocional?

E o que descobriram?

Uma das descobertas importantes veio justamente na sequência do interesse em saber se a música melhora a cognição, ou se há outras variáveis que devem ser consideradas. No caso do QI, se a resposta fosse positiva, os grandes músicos deviam ser 'génios' e intuitivamente não é isso que acontece necessariamente.

Estudamos um grupo grande de músicos e comparamos as pessoas que aprenderam música e depois abandonaram essa aprendizagem/prática – é o meu caso, estudei piano – com músicos que fizeram carreira, que estão nas orquestras, no jazz, que fizeram conservatório, etc. Concluímos que as pessoas com treino, mas que não são profissionais, têm capacidades cognitivas globais um pouco superiores às dos não músicos. Contudo, os músicos profissionais, cuja experiência na música é mais elevada, não apresentam esta vantagem. São semelhantes a não músicos.

Este resultado aparentemente contraintuitivo foi importante porque mostra claramente que a relação entre treino musical e desempenho cognitivo não é de causa-efeito. Se assim fosse, mais treino estaria associado a maiores vantagens. Com esta

descoberta vem uma série de novas questões sobre causalidade e diferentes perfis de *expertise* musical.

E agora, que caminhos poderiam ser explorados no seguimento deste projeto?

Os projetos de investigação geram mais perguntas do que respostas. Isso é bom, pois encontramos perguntas que nem sabíamos que iríamos colocar à partida.

A partir daqui queremos perceber melhor quais são os limites da plasticidade no domínio do treino musical e temos mais cuidado com extrapolações exageradas a partir de correlações. A maior parte dos estudos não são longitudinais e, não o sendo, não sabemos se as diferenças detetadas não estariam presentes já antes... esta é uma cautela que precisamos ter. Mas as perguntas que agora me entusiasмам passam por perceber o que é que torna alguém mais ou menos musical, independentemente dessa pessoa vir ou não a aprender um instrumento musical.

Outra pergunta: quais são as implicações de ser mais ou menos musical para domínios extramusicais? Será que alguém musicalmente mais 'talentoso' é melhor a compreender a fala num ambiente ruidoso, por exemplo? E o que há de comum aos dois aspetos, a perceção da música e a perceção de fala? É preciso perceber que mecanismos fundamentam estas associações – entre música e outros domínios – e o que é que isso nos diz sobre a forma como o nosso cérebro funciona.

Esta linha de investigação sobre a associação da música com outros domínios permite-nos obter informação útil. Há já projetos de doutoramento a investigar nestes campos, na área das capacidades psicoacústicas.

Há fundamento em pensar que haja bases biológicas para uma pessoa, na sua expressão, ser mais ou menos musical?

Sem dúvida! Há diversos estudos, muitos feitos com gémeos, que comprovam que a componente hereditária da música pode ser muito forte, cerca de 40% em média, podendo ir até aos 80%, dependendo da competência musical de que estamos a falar. Mas mais interessante é que não só as capacidades musicais têm uma componente genética, como a propensão para aprender música, e o tempo que a pessoa vai investir nessa aprendizagem, têm também uma influência genética. E mesmo associações entre a música e capacidades cognitivas – tipicamente consideradas como uma relação causa-efeito, como falamos – sabemos hoje que têm uma componente biológica. Parece haver uma componente genética partilhada entre música e competências cognitivas gerais, que contribui para explicar a associação. ■

* O projeto foi financiado pela FCT (PTDC/PSI-GER/28274/2017) e cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa Operacional Regional de Lisboa 2020 (LISBOA-01-0145-FEDER-028274) e do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI-01-0145-FEDER-028274).



ENTREVISTA

CLARA CARVALHO Professora Iscte Sociologia e Políticas Públicas
Investigadora CEI-Iscte

ISAIETE JABULA Investigadora CEI-Iscte

CONHECER PARA MELHOR INTEGRAR ESTUDANTES DOS PALOP

O CEI-Iscte elaborou o Perfil dos Estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PEPIS) nas instituições de ensino superior. O estudo fez a caracterização desses estudantes, mapeou as suas necessidades e sugere boas-práticas para abordar os estudantes internacionais.



Como é que se desencadeou este trabalho de “Caracterização, expectativas e constrangimentos” de estudantes dos PALOP em Portugal?

Clara Carvalho (CC) Há muitos anos que temos uma colaboração com o Instituto Politécnico de Leiria (IPL) graças a Maria Antónia Barreto, Professora-coordenadora na Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do IPL e investigadora do Centro de Estudos Internacionais (CEI-Iscte). Também já tínhamos trabalhado em conjunto com o Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

Apercebemo-nos existir um grande incremento de alunos dos PALOP, para estudar no Iscte ou no IPL nos últimos anos. Este boom devia-se particularmente à vinda de estudantes da Guiné-Bissau. Começamos a procurar informação, verificámos que era um quadro nacional, e resolvemos propor fazer um estudo aprofundado.

Apresentámos a proposta para este estudo ao Instituto Camões, dentro da linha de subsídios para a realização de estudos e conferências que disponibiliza. São apoios reduzidos quando comparados com a FCT, mas têm vantagens, pois são de resposta rápida e para ser realizados em curto prazo.

Que caracterização geral é possível fazer do estudante africano que vem estudar em Portugal?

CC Historicamente há dois regulamentos que permitem a vinda dos estudantes africanos, em particular dos PALOP, para frequentarem Instituições do Ensino Superior (IES) em Portugal, que enquadraram esta realidade.

Um é o regulamento de 1999 – Contingente Especial alínea d), pelo qual os estudantes dos PALOP

O Iscte é a instituição de Ensino Superior que recebe mais alunos dos PALOP ao nível do segundo ciclo (mestrado) e muitos vêm para as ciências sociais

se candidatam nos próprios países, diretamente junto da Direção-Geral do Ensino Superior. Há um determinado número de vagas que todos os grupos oferecem para os contingentes especiais. Definido como sendo aberto a estudantes bolsiros, este contingente especial era dirigido essencialmente a estudantes bolsiros da cooperação portuguesa e da Fundação Gulbenkian e que vão frequentar o 1.º ciclo de estudos.

Depois temos, em 2014, um regulamento sobre o estudante internacional, abrangendo todos os que estão fora do espaço universitário europeu. Estas candidaturas são feitas junto das universidades e politécnicos, para as vagas que disponibilizam e os estudantes podem ir para qualquer ciclo de estudos.

Que métodos foram usados neste projeto?

CC Nós fizemos vários tipos de análise neste projeto (PEPIP). A primeira foi sobre os dados disponibilizados pela DGEEC (Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência). Depois fizemos entrevistas às 20 instituições de ensino superior que receberam mais alunos entre 2015/16 e 2020/21. Fizemos entrevistas aos responsáveis pelo acolhimento destes estudantes, para perceber os principais mecanismos de inserção. E fizemos também um estudo junto de estudantes, focando-nos nas associações académicas e núcleos de estudantes africanos.

Qual é, então, o perfil desses estudantes?

Isaiete Jabula (IJ) Os estudantes dos PALOP nas IES em Portugal apresentam características acontexto socioculturais e linguísticos diferentes, modelos de ensino diversos. Isto é muito visível



A grande maioria dos estudantes chega sem posses, com exceção de Cabo Verde, de onde muitos vêm com bolsas do Estado, e de Angola, em que vêm com bolsas do Estado e de empresas

nas condições socioeconômicas, por exemplo, se compararmos estudantes angolanos com os provenientes da Guiné-Bissau.

A grande maioria dos estudantes chega sem posses, com exceção de Cabo Verde, de onde muitos vêm com bolsas do Estado, e de Angola, em que vêm com bolsas do Estado e de empresas.

CC O que está escrito no regulamento é que eles são todos bolseiros. Ao nível do Estado português o número de bolsas é irrisório, na casa das dezenas. No caso da Guiné-Bissau houve uma proposta que foi aceite e que prevê que os alunos possam ser tutelados, por alguém da família ou de fora. Esse tutor assumiria a responsabilidade de apoiar o aluno enquanto ele estivesse a estudar em Portugal. Isto talvez ajude a explicar porque é que, de repente, tivemos um *boom* de estudantes da Guiné-Bissau.

Quais são os maiores constrangimentos que os estudantes dos PALOP expõem?

IJ A fase de conseguir visto foi a queixa transversal a estes estudantes, independentemente do país de origem. E também as dificuldades de integração, quando os estudantes chegam atrasados no novo ano letivo. Muitas vezes chegam no fim do primeiro semestre, são submetidos pouco depois a exame e, com medo de perder o ano letivo, continuam, mas o desempenho escolar revela-se mau. Isto acontece sobretudo com os que vêm da Guiné-Bissau, que se deparam com especiais dificuldades com a variante do português europeu e com o português académico. O estudante da Guiné pensava que sabia português, chega e constata

que não é assim. Há também o problema de se adaptar ao clima, etc. Acontece ainda que muitos são trabalhadores-estudantes.

Quais são as áreas de saber predominantes na escolha dos estudantes dos PALOP em Portugal?

CC São as áreas de Administração, Gestão, Direito, embora também haja muitos alunos em Ciências Sociais. O Iscte é a instituição de Ensino Superior que recebe mais alunos ao nível do 2.º ciclo – mestrado.

Curiosamente, a instituição de Ensino Superior que recebe mais estudantes africanos é o Instituto Politécnico de Bragança (IPB).

CC Sim, o Instituto Politécnico de Bragança é um caso de sucesso. Há mais de uma década que têm uma política de crescimento através dos estudantes internacionais. Começaram, entre outros, com os estudantes dos PALOP e em particular com protocolos realizados com os municípios de Cabo Verde. Neste momento o IPB ultrapassa o número de estudantes dos PALOP da Universidade de Lisboa, que é a maior do país.

O IPB tem uma estratégia muito interessante, com práticas de receção e integração muito positivas, nomeadamente com residências universitárias, trabalhos em regime parcial, mesmo no *campus*. Há, aliás, muitas instituições de ensino superior do interior que têm seguido estas boas práticas e têm conseguido atrair estudantes dos PALOP. Isto também contribui para a internacionalização e para o crescimento de IES que, de outra forma, teriam mais dificuldade.

Para facilitar a integração há instituições que criam um ano zero para a adaptação dos estudantes. Por outro lado, há a questão da dificuldade de obter visto. Que recomendações saem deste Estudo?

CC Há aqui muitos problemas. O visto é para Portugal, mas também de entrada no espaço Schengen. Há, pois, limitações que se colocam a este visto, embora esteja em cima da mesa o visto CPLP. Ainda assim, o visto para estudante é o mais fácil de obter. A outra parte do problema é que os consulados estão assoberbados de trabalho. Depois, há o problema dos intermediários, que chegam a cobrar mil euros por uma marcação para obter o visto (o que não é legal).

É importante ver que, por vezes, os candidatos não utilizam a internet ou o computador, mas as redes sociais. Frequentemente têm dificuldade em escrever português e nem sempre conseguem perceber informações escritas, e isto cria um espaço para intermediários. Há ainda uma outra situação que tem a ver com falsos estudantes, que vêm para entrar no mercado de trabalho e, por vezes, apresentam documentos falsos, o que cria um problema extra aos consulados. Estamos a falar de países onde nem sempre existem exames nacionais.

Em relação ao ano zero, há a possibilidade das universidades o proporem?

CC Algumas universidades estão a propor o Semestre Zero. Existe em universidades privadas, como a Universidade Lusófona, que é a terceira IES com mais estudantes dos PALOP, para os alunos internacionais. E como os alunos acabam por

As IES estão muito sensíveis a isto: estes contingentes de estudantes chegam com necessidades especiais e precisam de ações de grande proximidade

Para um estudante que vem de fora,
o Iscte é um mundo, um universo!
O apadrinhamento dos novos estudantes
é um instrumento que ajuda
muito a conhecer a casa e que
favorece a integração

chegar muito tarde, por vezes, há também nas universidades públicas quem faça já isso, como a Universidade Nova de Lisboa, nas faculdades de Direito ou de Ciência e Tecnologia. Há outras instituições, como o Iscte, com o Laboratório de Competências Transversais, que são exemplo de boas práticas.

Em termos de procura, como é que se posicionam os vários PALOP?

Angola é o país que tem ainda o maior contingente, a maior comunidade de estudantes (se tomarmos em conta o período de 2015 a 2021) mas a Guiné-Bissau é o país que tem crescido mais, por ano – praticamente triplicou desde 2018. Os estudantes de Angola andam pelos 25 mil, Cabo Verde pelos 22 mil e a Guiné-Bissau pelos 12 mil (nos últimos anos passaram de cinco mil a 12 mil).

Este estudo é um instrumento de apoio a políticas públicas nas relações bilaterais. Quais seriam outras boas práticas a adotar na integração destes estudantes, quer na receção quer no apoio?

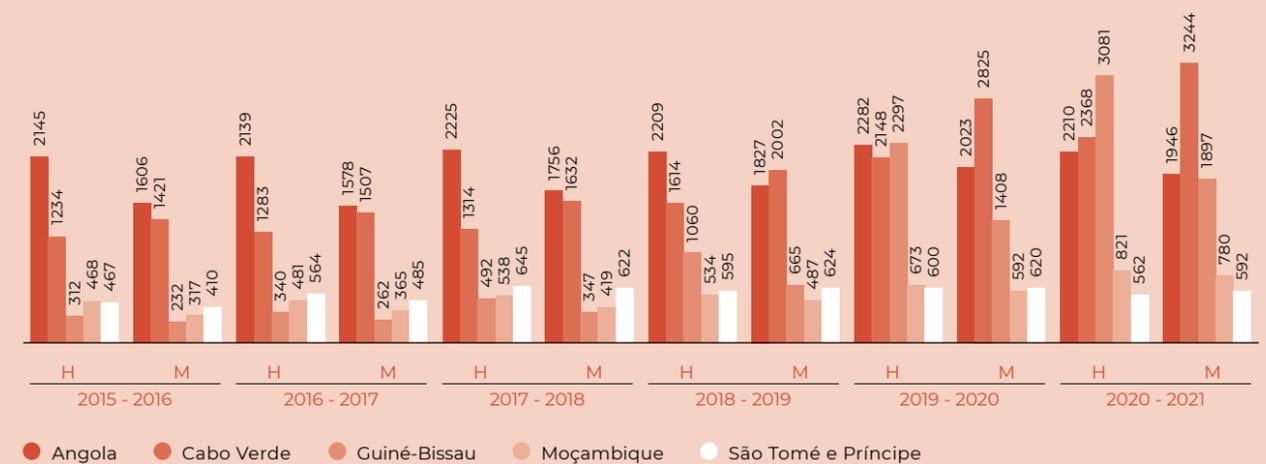
Como chegam de forma faseada, não há uma atividade de receção planeada; talvez fosse possível criar programas de mentoria que, acredito, para os guineenses podiam funcionar muito bem. Quando fiz o mestrado aqui em Estudos Africanos,

a diretora, professora Ana Lúcia Sá, foi como a minha *coach*. Para um estudante (como eu) que vem de fora, o Iscte é um mundo, um universo! O apadrinhamento dos novos estudantes é um instrumento que ajuda muito a conhecer a casa e que favorece a integração.

CC A integração não é problema que se coloque apenas a estudantes dos PALOP, mas a todos os internacionais. São comuns os problemas relacionados com visto, com a chegada tardia, a chegada a conta gotas, que impedem que sejam recebidos naqueles eventos de acolhimento que os gabinetes Erasmus promovem. A atividade de mentoria é, portanto, essencial.

Ao longo do Estudo percebemos que as direções das IES estão muito sensíveis a isto: estes contingentes de estudantes chegam com necessidades especiais e precisam de ações de grande proximidade. Os estudantes também têm dificuldade na obtenção de documentos oficiais e uma das boas práticas que encontramos foi várias universidades albergarem um gabinete do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM). O problema mais difícil de resolver é económico, porque há muitos alunos que lutam por sobreviver. É muito importante que o problema de não terem acesso à ação social seja resolvido. ■

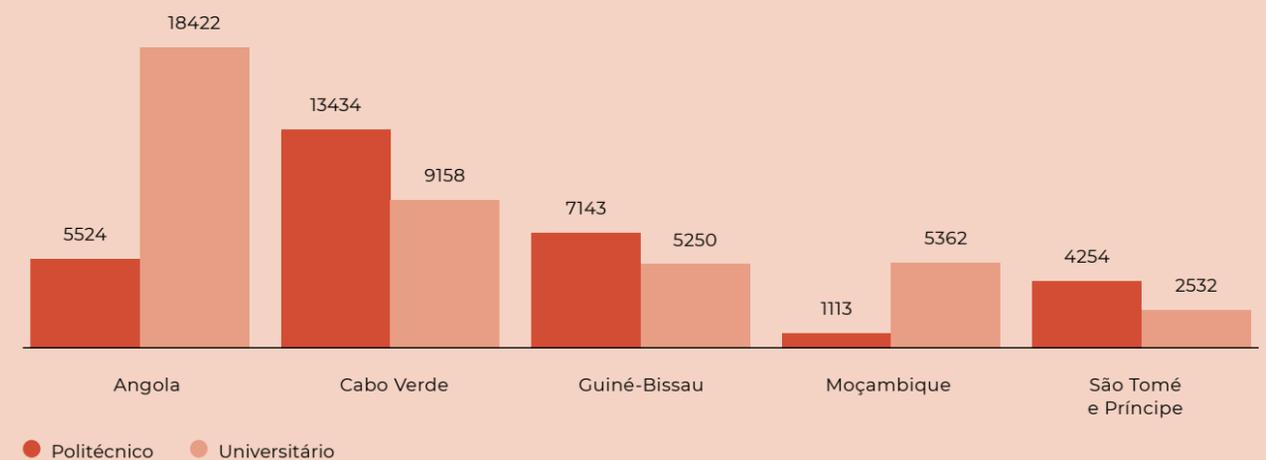
N.º de homens e mulheres inscritos por nacionalidade: 2015 - 2021



N.º de inscritos por Ciclos de Estudos e Nacionalidades



N.º de inscritos no Ensino Universitário e no Ensino Politécnico (2015 - 2021)



ENTREVISTA

DAVID L. RODRIGUES Investigador CIS-Iscte

COMPORTAMENTOS SEXUAIS:

As infeções sexualmente transmissíveis (IST) têm vindo a aumentar em todo o mundo. Para conhecer as determinantes motivacionais da saúde e bem-estar sexual, o projeto Prevent2Protect foi investigar os comportamentos de pessoas que priorizam a promoção de prazer sexual e de pessoas que priorizama segurança e a prevenção de IST.

SAÚDE E BEM-ESTAR



O que é que este projeto se propôs investigar?
Pretendíamos saber de que forma é que as motivações que as pessoas têm vão ser informativas para os seus comportamentos sexuais.

De um modo geral, as pessoas têm duas motivações fundamentais para atender às suas necessidades. Algumas estão mais propensas a correr riscos na procura de ganhos, enquanto outras pessoas têm mais propensão para estarem atentas a riscos e a protegerem a sua segurança. Estas duas motivações diferem também consoante os domínios da nossa vida. Quem está mais propenso a tomar riscos são as pessoas “em promoção”; quem está mais predisposto a proteger a sua saúde/segurança são pessoas “em prevenção”.

Há vasta literatura a mostrar que as pessoas “em promoção” tendem a jogar mais, alinham em maior risco financeiro, mudam de emprego mais facilmente, etc., enquanto pessoas “em prevenção” tendem a ser mais cautelosas e preferem manter a segurança e as condições que têm de momento para não incorrerem em possíveis perdas.

Transpusemos isto para o comportamento sexual e propusemo-nos perceber se as pessoas “em promoção” estão mais dispostas a correr riscos com o seu comportamento sexual, enquanto pessoas “em prevenção” estariam mais dispostas a proteger a sua saúde sexual.

Este foi o foco do projeto. Em termos de comportamento e indicadores de saúde e bem-estar sexual, analisámos a frequência de testagem a IST, a frequência de uso de preservativo e as perceções relacionadas com o uso de preservativo em diferentes atividades sexuais. Olhámos também para o afeto – positividade ou negatividade – face a experiências sexuais sem preservativo. Vimos também outro tipo de indicadores, nomeadamente o tipo de educação sexual que as pessoas tiveram, se foi nas escolas, com pais, com amigos, nas páginas de *social media*, para tentar perceber

como é que motivações para a procura de prazer ou para a segurança podem determinar ou estar associadas a diferentes tipos de comportamentos sexuais.

Que metodologias foram usadas neste estudo?

Maioritariamente, foram quantitativas em que perguntámos às pessoas em que situações e que condições consideravam mais ou menos propensas ao uso do preservativo, bem como que funções atribuíam ao seu uso.

Usámos também metodologias experimentais. Nestas apresentávamos um cenário às pessoas e analisámos como é que diferiam nas suas intenções de usar preservativo.

O único critério de inclusão era ser maior de 18 anos e ter iniciado a sua atividade sexual, e nesse universo podia participar qualquer pessoa de Portugal ou Espanha. O projeto também teve o intuito de comparar Portugal e Espanha ao longo dos quatro grandes momentos de recolha de dados.

Outro grande momento de recolha de dados foi para o estudo longitudinal. Fizemos uma recolha num determinado momento e três meses depois nova recolha, exatamente com as mesmas pessoas, para aferir a causalidade temporal, ou seja, para saber se as motivações das pessoas tendem a determinar os seus comportamentos três meses depois.

Detetaram discrepâncias entre Portugal e Espanha?

Não encontramos grandes diferenças entre os dois países. Conseguimos um bom equilíbrio em termos de características demográficas embora, de um modo geral, nos inquiridos haja mais pessoas com elevado nível de educação/escolaridade e a residir em zonas metropolitanas. Há, portanto, um conjunto de pessoas que tende a não ser abrangido por estes questionários – devido a dificuldades no acesso a internet ou computador, por exemplo

Vários relatórios evidenciam que o uso de preservativo tem decrescido bastante nos últimos anos, incluindo em Portugal e em Espanha e, ao invés, o número de IST tem disparado no mundo inteiro

– e essas são algumas das limitações que temos na generalização dos nossos resultados.

O estudo experimental foi feito nos Estados Unidos e isso ajuda a ter uma validação face a outras culturas e contextos sociais, dando mais robustez aos resultados.

Identificam dois tipos de perfis – um de pessoas mais “em promoção”, outro de pessoas mais “em prevenção” – mas será que uma mesma pessoa não pode alternar esse tipo de comportamentos ao longo da vida?

Essa é uma boa questão, para a qual a literatura não tem resposta definitiva.

A forma como se olha para isto prende-se com um traço que desenvolvemos desde a infância, com base nas experiências que vamos tendo no nosso meio social. Se tivermos progenitores que nos levam a fazer experiências, a arriscar, provavelmente vamos desenvolver mais motivações de promoção. Se, por outro lado, tivermos progenitores que estão sempre a dizer “não faças isto”, tendemos a interiorizar esta cautela e provavelmente adotaremos motivações de prevenção e estamos mais alerta para possíveis perigos em todo o lado. Mas em determinados contextos podemos adaptar diferentes motivações. É possível que, mesmo uma pessoa “em promoção” se for fazer teste a IST e receber um diagnóstico positivo, poderá restringir o seu comportamento e momentaneamente adotar um comportamento mais preventivo. Mas isto ainda não foi devidamente estudado.

Dos resultados obtidos, o que destaca? A partir desta investigação foram feitas recomendações?

Temos diferentes tipos de resultados, mas, de um modo geral, encontrámos que pessoas mais focadas na promoção têm um conhecimento efetivo sobre um maior número de IST – e este conhecimento veio de conversas com pares ou

com médicos. Para estas pessoas o uso de preservativo é visto como uma barreira ao prazer, pelo que tendem a não usá-lo tão frequentemente. Contudo, o facto das pessoas “em promoção” se colocarem mais em risco leva também a que sejam testadas mais frequentemente a um maior número de IST.

Pessoas mais focadas “em prevenção”, por outro lado, já sabem que há muitas IST, indo habitualmente buscar informação a fontes mais académicas, mas tendem a ser testadas menos frequentemente. Este comportamento está provavelmente relacionado com o facto de estarem mais atentas aos possíveis riscos que a atividade sexual poderá ter e usarem preservativo mais frequentemente. Contudo, tendem também a sentir-se menos sexualmente satisfeitas. Este é um ponto importante que tem de ser trabalhado no futuro, já que as pessoas “em prevenção” estão a proteger a sua saúde, mas estão a perder a sua componente de bem-estar sexual.

Não há, pois, um comportamento ‘ideal’?

Há benefícios e consequências em cada um dos modos de funcionamento. Se conseguirmos intervir e desenvolver campanhas de consciencialização, em que damos ferramentas a ambos os tipos de perfis para aumentarem os componentes da sua saúde e bem-estar sexual, então estaremos a contribuir para melhorar a qualidade de vida de toda a gente.

Quais são os outputs do projeto?

Neste projeto temos três artigos científicos publicados¹, dois em revisão e um a ser escrito. O projeto incluía ainda um artigo de divulgação, que está publicado no site da Fundação *la caixa*².

Em todos os estudos temos o cuidado de ver se há diferenças em termos de características demográficas e, independentemente de alguma diferença



As pessoas têm duas motivações fundamentais para atender às suas necessidades. Algumas estão mais propensas a correr riscos na procura de ganhos, enquanto outras pessoas têm mais propensão para estarem atentas a riscos e a protegerem a sua segurança

que possa existir à partida na nossa amostra, os resultados são consistentes. Isso permite-nos olhar para este fenómeno, de uma forma muito robusta. As conclusões do projeto Prevent2Protect poderão ser muito facilmente usadas em rastreios ou em campanhas de comunicação, no sentido de saber qual é a melhor mensagem para transmitir às pessoas consoante o seu perfil. Por exemplo, para uma pessoa mais focada na prevenção, uma campanha mais focada na procura do prazer poderá não ter tanto impacto por não estar alinhada com as suas motivações fundamentais; mas se a mensagem for “mantém-te seguro e procura o prazer”, a mensagem poderá ter mais repercussão.

Há campo de progressão para esta pesquisa?

Gostaríamos de ter campanhas de sensibilização com a mesma mensagem, mas focada nos dois perfis, para que seja abrangente e tenha impacto. É um estudo que ainda temos de fazer e é por aí que estamos a planear o futuro: desenvolver uma intervenção para a melhoria, no sentido do prazer sexual para toda a gente, sempre com a responsabilização pessoal e a integração da utilização do preservativo como prática habitual da sexualidade. Para as pessoas “em prevenção” esta prática é mais comum, mas queremos dar-lhes ferramentas para obterem mais prazer sexual. Já para as pessoas “em promoção” esta prática não é tão comum, mas queremos dar-lhes ferramentas para obterem prazer enquanto usam preservativo. Vários relatórios evidenciam que o uso de preservativo tem decrescido bastante nos últimos anos,

incluindo em Portugal e em Espanha, e, ao invés, o número de IST tem disparado no mundo inteiro. Pode ter a ver com o facto de a IST mais temida ser o VIH, que já não tem a carga negativa que tinha há uns anos. Hoje é uma doença que se gere, com o acesso a medicação. Como tal, as pessoas tendem a retirar-lhe gravidade e conseqüentemente poderão não sentir tanta necessidade de se proteger. Temos de repensar a forma como falamos sobre IST, sobre o uso do preservativo, e incluir esta necessidade de proteção como parte de uma saúde sexual positiva.

Como foi constituída a equipa do Prevent2Protect? E que financiamento o suportou?

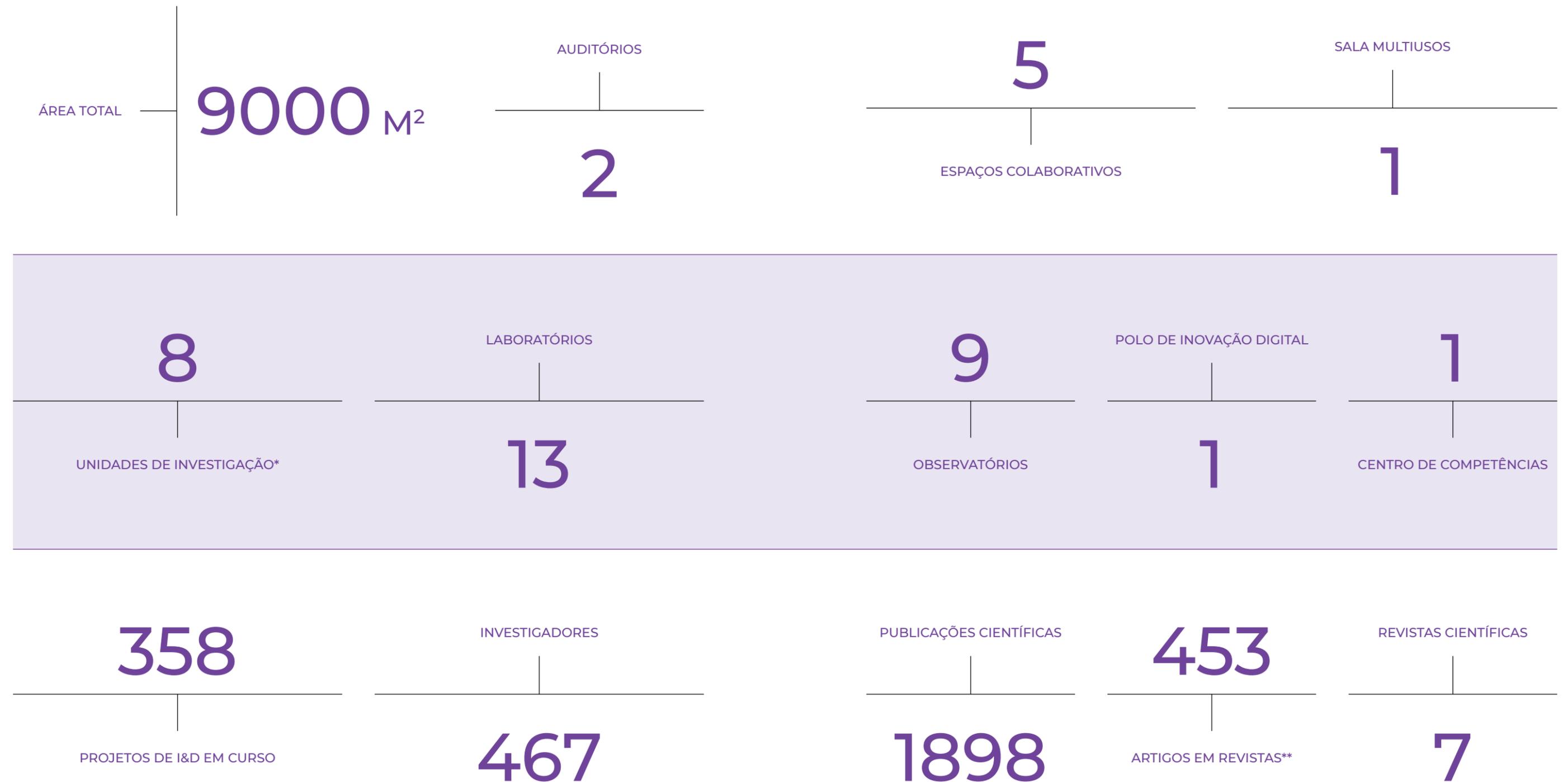
Este é um projeto de investigadores do CIS-Iscte: Marília Prada, Margarida Vaz Garrido, Diniz Lopes, eu próprio e ainda a bolseira Ana Catarina Carvalho. Contámos também com a colaboração de investigadores internacionais: Rhonda Nicole Balzarini, da Texas State University e Richard O. de Visser, da Brighton & Sussex Medical School. O projeto foi financiado pela “la Caixa” Foundation – Social Research Call 2020. ■

¹ Artigos publicados em revistas científicas: Prevent2Protect Project: Regulatory Focus Differences in Sexual Health Knowledge and Practices
Condom use beliefs differ according to regulatory focus: A mixed-methods study in Portugal and Spain
Focusing on safety or pleasure determine condom use intentions differently depending on condom availability and STI risk

² Artigo de divulgação publicado em Observatório Social La Caixa: Conhecimento para uma saúde em segurança em Portugal e Espanha

Iscte_ Conhecimento e Inovação

Fontes: GAI, SEAQ, RIAG2022



* UNIDADES DE INVESTIGAÇÃO CLASSIFICADAS EXCELENTE/MUITO BOM (AVALIAÇÃO INTERNACIONAL)

** CLASSIFICADAS NO QUARTIL 1 (WOS E SCOPUS)

Um espaço
para inovar

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA